

A composicionalidade ou o problema do puzzle de tangran

Clara Nunes Correia & Maria Antónia Coutinho

ABSTRACT: *On a descriptive perspective – specifically in the most relevant works on the semantics of tenses(s) and aspect(s) of natural languages – the concept of compositionality becomes crucial on the explanation of those categories, and it is, generally, accept as a relevant and non controversial topic in this área.*

As the same time, and focusing the attention on different works on text theory, compositionality appears as well as a crucial and central concept, mostly when we are dealing with textual unities and processes that are responsible for the explanation of a text structure.

In this presentation we are aiming at to explain how this concept can mislead the explanation of grammatical categories and texts structure. Following this perspective, we propose that if we deal with the complexity of phenomena involved on language activity, more than a compositional perspective (taking, sometimes, as a comfortable label), we need to consider the interrelations that characterise linguistic forms and textual organization of different languages. In order to stabilise these interrelations, we shall present some theoretical hypotheses in the domains of semantics and textual theories.

O tangran é um jogo chinês, muito antigo, constituído por 7 peças (2 triângulos grandes geometricamente iguais, 2 triângulos pequenos geometricamente iguais, um triângulo médio, um quadrado e um paralelogramo obliquângulo) que permitem construir mais de 1000 figuras diferentes.



Regras: todas as peças devem ser utilizadas; não pode haver sobreposição de peças.

De acordo com a generalidade dos modelos de análise linguística – explícita e implicitamente – pode partir-se de alguns primados de natureza teórica que

caracterizam e individualizam um conjunto de procedimentos que permitem, de forma sistemática e coerente, perspetivar diferentes contribuições para a descrição

dos fenómenos linguísticos. Assim, pretende-se com esta apresentação discutir de que forma a composicionalidade é (ou não) um conceito relevante para a análise semântica de diferentes sequências linguísticas (frases, enunciados e textos).

Como se sabe, nos inúmeros trabalhos produzidos e publicados sobre composicionalidade de categorias como o aspecto, por exemplo, não se verifica em termos teóricos (ou metodológicos) qualquer preocupação em interrelacionar configurações que ocupem (e gerem) diferentes explicações sobre o que é estável e o que é deformável numa dada língua. Nestes trabalhos, em termos gerais, são antes assumidos princípios em que a composicionalidade ou é um resultado (cf., sobretudo Borillo 1991, Verkuyl 1992 Moens 1987 e Moens & Steedman 1988), ou é um ponto de partida (efeito) (cf., a título de exemplo Garey 1957, Vendler 1962 e, em certo sentido, Comrie 1976). Em qualquer destas hipóteses, na caracterização aspectual das línguas corre-se o risco de uma etiquetagem algo superficial e padronizável universalmente, ou de uma circularidade pouco esclarecedora sobre as especificidades quer dessa categoria gramatical, quer do funcionamento específico da língua em

análise. Paralelamente, a terminologia utilizada tende a gerar alguma confusão: a telecidade é inerente a verbos (Garey) ou a situações (Comrie)? Uma situação perfectiva pode ser atélica? A especificidade estrutural é satisfatória para dar conta de valores aspectuais numa língua? E de que é que se fala quando se fala de composicionalidade? – de categorias, de formas ou de valores? Na abundante bibliografia que se tem publicado encontramos (quase sempre) respostas a cada uma destas perguntas, mas, na generalidade dos casos, as respostas não são necessariamente concordantes, nem discordantes. Servem, no entanto, quase sempre, para se assumir, quase como um lugar comum, que nas línguas o aspecto é sempre composicional, parecendo quase absurdo não ter este princípio como um bom princípio quando se trabalha esta vertente das línguas.

Face às questões apresentadas acima, poder-se-á, resumidamente colocar em evidência alguns caminhos ou consequências para o estudo das características aspectuais que as diferentes línguas manifestam :

- a) o estudo do aspecto centra-se em que paradigmas - lexical ou gramatical?

- b) a composicionalidade é um ponto de partida ou um ponto de chegada na descrição das línguas?
- c) as características aspectuais são (ou podem ser) generalizáveis ou são locais e distintivas de língua para língua?
- d) o aspecto é categorial ou composicional?

De forma a dar uma resposta a estas várias questões, assume-se nesta apresentação que todo e qualquer acontecimento linguístico - oral ou escrito - é localizado em relação a um sistema referencial, sendo apenas possível analisar e classificar linguisticamente um termo se este estiver em relação com outros. Este percurso analítico permite ainda assumir que todas as sequências linguísticas bem formadas, sob o ponto de vista gramatical, podem ser analisadas tendo em conta o seu valor semântico, isto é, aquilo que significam como um todo.

Uma outra questão prévia à discussão sobre o estatuto da composicionalidade na análise linguística é o de se assumir que os valores semânticos dos enunciados são interdependentes do conceito de categoria gramatical. Entende-se, assim, que, nesta perspectiva (cf. Culioli 1997 (entre outros), tendo como base Frege [1885] 1984), uma categoria gramatical é um sistema de

correspondências não biunívocas entre os valores e os marcadores de uma qualquer noção gramatical (tempo, aspecto, número, e.o.).

De acordo com este mesmo modelo, o valor referencial de um enunciado resulta de operações cognitivas visíveis nos textos a partir de marcadores linguísticos (ou de conjuntos de marcadores) dessas operações

Nesta perspectiva, os diferentes marcadores linguísticos presentes numa dada sequência dependem de duas ordens de ‘determinação’ distintas: a determinação nocional (quando essas operações incidem sobre as noções), ou a ‘determinação enunciativa’, se as operações incidem sobre os próprios enunciados. Assim, face a uma qualquer sequência, podemos interrelacionar os diferentes termos aí existentes e atribuir valores semânticos às diferentes formas presentes nessa sequência. De acordo com a incidência que é dada na análise que se pretende desenvolver, podem ser definidas quatro hipóteses (aqui designadas como A, B, C e D), que esquemática e sucintamente se caracterizam da seguinte forma:

A- uma sequência linguística insere-se numa forma pré-determinada (proposição ou relação predicativa), independentemente

das formas lexicais que a compõem; B- cada item lexical é definido em função de uma lexis, interferindo esta na definição dos seus valores; C- os diferentes itens são marcadores de noções gramaticais; D- os diferentes itens tanto podem referir (tendo, por isso sentido+valor referencial) como podem predicar propriedades (e, neste caso, são definidos como tendo sentido, mas não valor referencial).

A relação entre o que é estável e o que é deformável ganha relevância: A é o lugar da estabilidade por excelência; B, C e D, por seu lado, permitem as deformabilidades inerentes aos diferentes acontecimentos linguísticos. De uma forma abreviada, poder-se-á considerar que em A actuam determinações de ordem nocional; B, C e D (conjuntamente) são o lugar privilegiado de ocorrência de determinações de ordem enunciativa.

Este puzzle assim definido só estará completo se, tal como no tangran, se respeitarem as regras que regulam cada sistema linguístico (e o individualizam), construindo configurações diferentes inerentes aos estados de coisas que se pretende representar.

Uma das formas possíveis para se poder dar conta da interdependência entre a

deformabilidade e a estabilidade dos valores aspectuais pode centrar-se, de acordo com alguns trabalhos, desenvolvidos no quadro da TFE. (cf., Campos 1998, Correia 2002, Culioli 1990, de Vogüé 1989, e.o.) na relação definida a partir de um procedimento centrado numa topologia das ocorrências linguística. Estes princípios topológicos (definindo como se relacionam as diferentes ocorrências – lexicais ou gramaticais / simples ou complexas) permitem ajustamentos de natureza sintáctico-semântica dos termos que constituem a proposição subjacente a um enunciado (ou frase) em relação às categorias gramaticais que permitem a construção e interpretação de sequências linguísticas bem formadas. Assim, mais do que um processo composicional, a saliência de uma dada categoria (através das formas que interagem nesse espaço topológico) evidencia os processos complexos de determinações que incidem tanto nas ocorrências nominais, como nas ocorrências verbais.

Em termos gerais poderemos afirmar que a relação que se define entre determinação nominal e determinação verbal, permite ‘formatar’ os enunciados de acordo com as suas propriedades topológicas. Desta forma, e assumindo os conceitos de

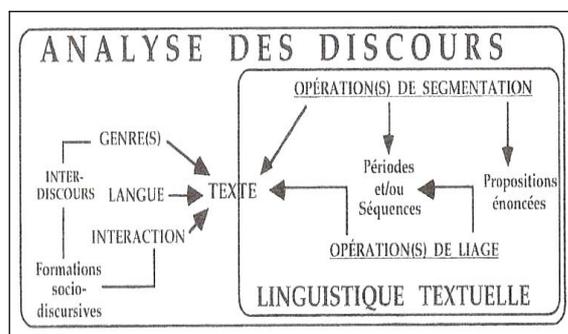
discreto, denso e compacto, poderemos, na sequência de Campos 1997, Pereira 2009, e.o., que um enunciado tem funcionamento discreto quando representa uma situação delimitada/quantificada intrinsecamente ; um enunciado tem funcionamento denso quando representa uma situação homogénea, cujo término é construído extrinsecamente ; um enunciado tem funcionamento compacto quando representa uma ocorrência qualitativa, sobre a qual se pode predicar o grau ou a intensidade, mas não a existência

Ora, é neste sentido que o conceito de composicionalidade não só não é inerente à manifestação da categoria aspecto nas diferentes línguas, não lhe é exclusivo, nem sequer veicula valores de autonomia que permita construir um padrão de referência para a sua compreensão. Como se sabe, nas línguas, qualquer que seja o mecanismo (morfológico, sintáctico, semântico) que caracterize as suas propriedades aspectuais, mais do que a composição entre termos, formas ou partículas, existe sempre a preocupação analítica de se evidenciar os limites que esses elementos são capazes de manifestar. Assim, em PE, por exemplo, as sequências em que o PPS ocorre não são necessariamente perfectivas, nem constroem, necessariamente, situações té-

licas. Esses valores – ou potenciais valores – do PPS podem ser deformados, tendo em conta o sentido do predicado, a determinação do COD (quando existe), a interrelação com adverbiais. Por sua vez, os adverbiais pontuais (ou de culminação) que em Português evidenciam a configuração ‘Prep a Quantidade de Tempo’, alteram o valor aspectual de toda a predicação quando se relacionam com predicados verbais de natureza semântica diferente: O João adormeceu às duas horas (i.e. começou a dormir) / O João cortou a meta às 2 horas (i.e. terminou a prova). Assim, os diferentes valores das possíveis situações referidas acima não resultam de uma necessária composicionalidade, mas da interação que os diferentes elementos desencadeiam quando se constrói (ou reconstrói) uma dada situação.

No âmbito da descrição linguística dos textos, a composicionalidade aparece como um tópico destacado por Bakhtine (1984), para quem ela constituía uma componente de descrição dos géneros, a par do tema e do estilo. Posteriormente retomada, é talvez Jean-Michel Adam que, de forma mais consistente e sistemática, contribui para a discussão desta noção, que retomaremos brevemente. De acordo com o

esquema proposto pelo autor em 1999, aqui reproduzido no Esquema 1, podemos constatar que o campo da linguística textual é fundamentalmente associado à descrição da composicionalidade textual.

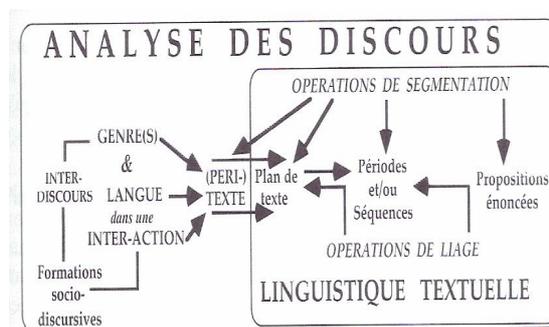


Esquema 1 – Adam, 1999: 36

Como se pode ver, trata-se de uma composicionalidade ascendente, na medida em que está em causa a integração sequencial de unidades menores em unidades progressivamente mais complexas (de acordo com o modelo clássico de descrição linguística): das proposições enunciadas aos períodos (pouco ou nada tipificados) e/ou às seqüências (prototípicas), dos períodos e/ou seqüências ao texto. O campo de trabalho da linguística textual vê-se assim confinado à descrição desta composicionalidade ascendente (por oposição às práticas situadas que seriam os discursos) – na perspectiva do que o autor designa como "análise textual dos discursos". No entanto, a linguística

textual aparece também formulada pelo mesmo autor, e na mesma obra, em termos muito mais amplos: “Dès le début des années 1980, la linguistique textuelle ajoute à l'observation des faits cotextuels de texture et de structure, celle de l'intentionnalité et de l'acceptabilité du texte, c'est-à-dire un jugement de pertinence contextuelle. De cette façon, la linguistique textuelle se sort du piège logico-grammatical de la décontextualisation qui marque ses origines.” (Adam, 1999: 41).

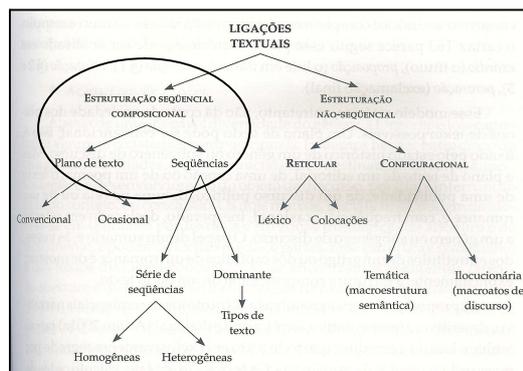
Se estas considerações convivem no espaço do mesmo volume, também não é de estranhar que a noção de composicionalidade ascendente se mantenha em publicações posteriores – com modificações ou precisões que não invalidam a concepção global que estamos a sublinhar. É o que mostra o Esquema 2, em que a composicionalidade se vê alargada ao plano de texto.



Esquema 2 – Adam, 2005: 13

Embora não seja muito clara a integração do plano de texto numa lógica de composicionalidade ascendente, parece fundamental que seja tido em conta – tanto mais que devemos provavelmente a este mesmo autor alguns dos contributos mais estimulantes sobre aquela mesma noção (*plano de texto*). De facto, na entrada do *Dictionnaire d'Analyse du Discours* que lhe é dedicada (Adam, 2002), ela é explicitamente associada, não à composicionalidade, mas à "composição macro-textual do sentido" – aparecendo como equivalente da "dispositio" da retórica antiga. Nesta mesma linha, o autor distingue ainda planos convencionais e planos ocasionais (sendo os primeiros previstos em função do género em causa, ao contrário dos segundos, produto de invenção momentânea) e refere o facto de um plano de texto poder ser mais ou menos explicitamente marcado – por intertítulos, mudanças de parágrafo ou de capítulo, numerações, entre outros processos (Adam, 2002: 433-434). Apesar do que ficou dito, e que parece consubstanciar uma concepção ampla da noção de plano de texto, ela parece afinal parece relacionar-se fundamentalmente com a *disposição* de seqüências – tal como o Esquema 3

evidencia, ao incluir o plano de texto na estruturação composicional seqüencial (a par das seqüências prototípicas).



Esquema 3 – Adam, 2008: 255

A questão mais significativa que ressalta, afinal, da discussão que vem sendo desenvolvida prende-se com o balanço feito pelo próprio autor, no que diz respeito ao peso relativo das seqüências e do plano de texto, na composicionalidade textual. Apesar de longa, a citação justifica-se pelo posicionamento inesperado:

As proposições teóricas relativas aos (protó)tipos seqüenciais narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo e dialogal (Adam 2001a) talvez tenham levado a acreditar que todo texto era exclusivamente regrado por esses ordenamentos de seqüências. Os textos são, de facto, estruturados de maneira muito flexível, e a importância dos planos de texto fixos ou ocasionais é preponderante. Na medida em que os agrupamentos de proposições não correspondem sempre a proposições completas, podemos dizer que **o principal fator unificador da estrutura composicional é o plano de texto.** Adam, 2008: 256, sublinhado nosso.

Se ambiguidade há na posição do autor, ela deriva provavelmente da colagem à perspectiva logico-gramatical a que, de acordo com as suas próprias palavras, não deveria confinar-se a linguística do texto (como acima foi referido). Face a isso, limitar-nos-emos aqui a sublinhar que, à perspectiva referida (lógico-gramatical), opõe Rastier a retórico-hermenêutica: recusando como pressuposto adquirido o carácter discreto das unidades textuais (semânticas) e privilegiando as grandes articulações textuais, é a noção de *percurso interpretativo* que nela assume destaque. Deste ponto de vista, à composicionalidade ascendente das formas sobrepõe-se a importância de conexões que se estabelecem de forma não uniforme: "(...) c'est le rythme qui permet de percevoir l'intervalle, et le mouvement qui permet de discrétiser la séquence." (Rastier, 2001: 45).

Importa assim saber de que forma essas mesmas conexões podem ser (pre)vistas em termos de organização linear do conteúdo temático – componente tática, na perspectiva de Rastier (2001) ou planificação, de acordo com Bronckart (2008). Importa também compreender a planificação tendo em conta as eventuais determinações de género: "La tactique de

disposition linéaire est manifestement une caractéristique de *genre*" (Bronckart, 2008: 80). Importa ainda desenvolver análises susceptíveis de diferenciar a planificação própria do género e a margem de adaptação disposição, em que cada texto descobre ou inventa a sua própria disposição (Coutinho, 2003: 330). Assim, e tal como acontece no tangran, Sobretudo, importa levar por diante análises empíricas que evidenciem e testem a justeza de tais propostas.

Assim, a composicionalidade não parece ser um conceito operativo na perspectiva semântica nem na descrição textual – tal como acontece no tangran. A menos que seja vista na perspectiva maleável que aqui procurámos evidenciar, recuperando de certa forma hipóteses há muito habilmente sugeridas:

Ora, da mesma forma que para construir não chega juntar pedras, materiais, enfim, todas as coisas necessárias para um edifício, e que é ainda necessário que uma mão hábil as disponha e as coloque; da mesma forma em matéria de eloquência, seja qual for a multiplicidade de coisas que tenhamos para dizer, elas não passarão de um amontoado confuso se a disposição não as arranjar e não as ligar umas às outras, para delas fazer um todo bem regular. (...).

traduzido de Quintiliano, *De l'Institution de l'Orateur*, Livro VII, Avant-Propos

Referências

Adam, J.-M. 1999. *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.

Adam, J.-M.. 2002. Plan de texte. In P. Charaudeau & D. Maingueneau (éds.), *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, pp. 433-434

Adam, J.-M. 2005. La «translinguistique des textes» à l'œuvre. In Lane, Ph. (dir.) *Des discours aux textes: modèles et analyses*. Rouen: Publications des Universités de Rouen et du Havre, pp. 11-38

Adam, J.-M. 2008. *A Linguística Textual. Introdução À Análise Textual dos Discursos*. São Paulo: Editora Cortez

Borillo, Andrée 1991. De la nature compositionnelle de l'aspect. In Fuchs, Catherine (ed) *Les typologies de procès*. Paris: Klincksieck, pp. 97-102

Campos, Henriqueta Costa 1997. Para uma reinterpretação de alguns fenómenos aspectuais. In *Tempo, Aspecto e Modalidade*. Porto: Porto Editora, pp. 183-196

Campos, Henriqueta Costa 1998. *Dever e poder: um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG /JNICT

Comrie, Bernard 1976. *Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press

Correia, Clara Nunes 2002. *Estudos de determinação*. Lisboa: FCG/ FCT

Coutinho, Maria Antónia. 2003. *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: FCG/FCT

Culioli, Antoine 1990. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys

Culioli, Antoine 1995. Qu'est-ce qu'un problème en Linguistique? Étude de quelques cas. *Cahiers de L'ILSL* 6, pp. 7-16

Garey, H. B. 1957. Verbal aspect in French. *Language* 33, pp. 91-110

Frege, Gottlob 1885. Über formale Theorien der Arithmetik." *Sitzungsberichte der Jenaischen Gesellschaft für Medizin und Naturwissenschaft* 19: 94-104. Tradução inglesa "On Formal Theories of Arithmetic." In *Collected Papers on Mathematics, Logic and Philosophy*, Tradução de M. Black, V. Dudman, P. Geach, H. Kaal, E.-H. W. Kluge, B.

McGuinness & R. H. Stoothoff. New York: Basil Blackwell, 1984. pp. 112-21.

Moens, Marc 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Ph.D. dissertation, University of Edinburgh

Moens, Marc & Mark Steedman 1988. Temporal ontology and temporal reference. *Computational linguistics* 2, pp. 15-28

Pereira, Susana 2009. *A semântica do objecto: aspecto e determinação nominal*. Lisboa: FCG/FCT

Vendler, Zeno 1967. *Linguistics in philosophy*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

Verkuyl, H.J. 1972. *On the Compositional Nature of the Aspects*. Dordrecht: Reidel

de Vogüé, Sarah 1989. Discret, dense et compact: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. In Franckel, Jean-Jacques (ed) *La notion de prédicat*. Paris: UFRL, coll ERA 642, pp.1-37